



ARTIGOS – ARTICLES

Suplicy de Lacerda e Vieira Netto:
dois modelos de intervenção intelectual (Paraná, 1940-1970)

Regis Clemente da Costa¹

Universidade Federal da Fronteira Sul
rclementecosta@yahoo.com.br

Eliezer Felix de Souza²

Universidade Estadual de Ponta Grossa
eliezer.felix@hotmail.com

Névio de Campos³

Universidade Estadual de Ponta Grossa
ndoutorado@yahoo.com.br

Como citar este artigo: COSTA R. C., SOUZA, E. F. CAMPOS, N. “Suplicy de Lacerda e Vieira Netto: dois modelos de intervenção intelectual (Paraná, 1940-1970)”, *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº14, pp. 84-105. 2022. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa-

Resumo: Este artigo discute a intervenção política de Suplicy de Lacerda e Vieira Netto, no contexto paranaense entre as décadas de 1940 e 1970. Apoiase em fontes históricas e nos conceitos de intelectual guardião da ordem moralizador ou de instituição e intelectual orgânico para problematizar os modos de atuação política dessas desses dois professores da Universidade Federal do Paraná. Assim, de um lado pode-se dizer que Suplicy de Lacerda personifica o modelo de intelectual que defende a universidade em nome de valores que ele considerava de ordem suprema (nação), cujo resultado foi a submissão dos interesses acadêmicos à lógica do campo político. De outro que Vieira Netto simboliza o intelectual orgânico, cuja preocupação é mostrar que conhecimento e interesse social são indissociáveis, evidenciando uma crítica à

1 Regis Clemente da Costa é Professor Adjunto na Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Laranjeiras do Sul, PR. Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Pesquisador do Grupo de Pesquisa História, intelectuais e educação no Brasil e no contexto internacional (GEPHIED).

2 Eliezer Felix de Souza é agente da carreira técnica Universitária da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Doutor em Educação e graduado em História pela mesma instituição. Pesquisador do Grupo de Pesquisa História, intelectuais e educação no Brasil e no contexto internacional (GEPHIED).

3 Névio de Campos é pós-doutor em Sociologia dos Intelectuais pela *École des Hautes Etudes en Sciences Sociales* (EHESS). Pós-doutor em História Intelectual pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Doutor e Mestre em Educação pela UFPR. Professor no Programa de Pós-Graduação em Educação da UEPG. Pesquisador Produtividade CNPq 2. Líder do Grupo de Pesquisa História, intelectuais e educação no Brasil e no contexto internacional (GEPHIED).

ideia de existência de neutralidade dos valores e a dessacralização da autorrepresentação do intelectual guardião da ordem moralizador.

Palavras-chave: Suplicy de Lacerda. Vieira Netto. Intelectual guardião da ordem moralizador. Intelectual orgânico.

Suplicy de Lacerda and Vieira Netto: two models of intellectual intervention (Paraná, 1940-1970)

Abstract: This article discusses the political intervention of Suplicy de Lacerda and Vieira Netto, in the context experienced in the state of Paraná between 1940 and 1970. Based on several historical sources and on the concepts of intellectual as a guardian of the moralizing order or the institution and of organic intellectual, it questions the types of political action exercised by these two personalities that belonged to the Federal University of Paraná staff. Thus, on the one hand, one can say that Suplicy de Lacerda embodied the model of intellectual that defended the university in favor of values that he considered of utmost importance (nation), whose result was a submission of the academic interests to the logic of the political field. On the other hand, Vieira Netto symbolized the organic intellectual, whose concern was to show that knowledge and social interest are inseparable, evidencing some criticism to the existence of neutral values and the desacralization of the moralizer intellectual self-representation as the guardian of the order.

Keywords: Suplicy de Lacerda. Vieira Netto. intellectual guardian of the moralizing order. organic intellectual.

Introdução

Este artigo inscreve-se na História Intelectual com interface com a Sociologia dos Intelectuais, pois usa dois modelos de intervenção intelectual para analisar as posições de dois professores da Universidade Federal do Paraná (UFPR) - José Rodrigues Vieira Netto (1912-1973) e Flávio Suplicy de Lacerda (1903-1983) -, no período circunscrito entre os anos de 1940 e 1970.

Em razão desse recorte, tomamos o conceito de campo intelectual como hipótese, pois:

[...] permite tomar por objeto a tensão entre estas duas definições, política e profissional. Situado na intersecção do campo político e dos campos de produção cultural específicos, o campo intelectual participa do campo de produção ideológica, “universo relativamente autônomo, onde se elaboram, na concorrência e no conflito, os instrumentos de pensamento do mundo social objetivamente disponíveis em um dado momento do tempo e

onde se define, ao mesmo tempo, o campo do pensável politicamente ou, se preferirmos, a problemática legítima”, como o define Pierre Bourdieu. (SAPIRO, 2012, p. 22).

As posições dessas duas personagens são discutidas a partir de dois modelos de intervenção dos intelectuais. De um lado, Suplicy é discutido por meio do intelectual “guardião da ordem moralizador” e/ou “intelectual de instituição ou organização política” (SAPIRO, 2012). Esse modelo é identificado no Caso Dreyfus, pois “é contra a autonomização da função crítica na sociedade que aqueles que chamaremos aqui de guardiões da ordem moralizadores se posicionaram durante o Caso Dreyfus, defendendo a “Razão de Estado” e as instituições como o Exército”. Nesse sentido, destaca Sapiro (2012, p. 35), “a atividade intelectual é para eles um instrumento de manutenção e de reprodução da ordem social, ela deve estar subordinada ao interesse nacional e ao das classes dominantes”. De outro lado, Vieira Netto é pensado dentro da acepção de intelectual orgânico, isto é, aquele que “[...] têm na sociedade a função de intelectuais” (GRAMSCI, 2001, p. 18). Na interpretação de Gramsci (2001, p. 53), “o modo de ser do novo intelectual não pode ser mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas numa inserção ativa na vida prática, como construtor, organizador, ‘persuasor permanente’”.

É fundamental dizer que esta análise está associada ao conjunto de estudos que trata da história intelectual no Paraná, em especial, entre aqueles que privilegiam abordagens dos intelectuais e da educação. De modo mais preciso, estabelece-se interlocução com autores que tratam da história da UFPR e dessas duas personagens paranaenses, principalmente com Campos (2013; 2008), Souza, (2016), Souza e Campos (2017), Campos e Souza (2018a; 2018b; 2018c; 2019), Costa (2018). Ademais, dialoga-se com um conjunto de textos que sintetizam inúmeras pesquisas, especialmente as coletâneas organizadas por Vieira, Bontempi Jr e Osinski (2019), Vieira, Strang e Osinski (2015); Lopes e Oliveira (2012); Oliveira e Szwako (2009); Vieira (2007). Além disso, é importante assinalar que essas pesquisas, especialmente Campos (2008), Souza (2016) e Costa (2018), em suas revisões de literatura, indicam

parcela significativa da produção acadêmica existente no âmbito da história intelectual⁴.

Desse modo, esta narrativa ganha maior relevo por tratar de um momento crítico da história brasileira, isto é, do contexto da ditadura militar, quando esses dois professores integravam posições opostas. Nesses momentos, a autonomia intelectual tende a desaparecer ou a se reduzir. Conforme salienta Gisèle Sapiro (2019, p. 21, tradução nossa), “ela é menor, por exemplo, nos regimes autoritários ou nas situações de crises, onde as clivagens internas são determinadas pela relação ao poder”. Suplicy era o Reitor da UFPR e logo após a implantação do regime militar assumiu o Ministério da Educação e Cultura do governo de Castello Branco. Vieira Netto, tão cedo os órgãos do Estado autoritário formalizaram seus aparatos repressores, foi perseguido, processado e aposentado compulsoriamente. Dessa forma, a partir desses casos, esperamos produzir uma leitura capaz de explicitar as clivagens da história da UFPR e do campo intelectual paranaense.

Suplicy de Lacerda, um intelectual da ordem moralizador

Em 1903, Flávio Suplicy de Lacerda nascia na Lapa, no Paraná, vindo a falecer em Curitiba, em 1983. A origem social dessa personagem estava ligada aos grupos que detinham propriedades rurais, conforme Campos (2013). Na longa trajetória de Suplicy (CAMPOS, 2013; 2008; SOUZA, 2016), as representações sobre essa personagem são variadas e controversas. A imprensa não deixou de apontar o seu lado polêmico como podemos observar no jornal *Estado do Paraná*:

Morreu ontem, em Curitiba, aos 80 anos, uma das figuras mais polêmicas da atualidade paranaense e brasileira: o ex-ministro da Educação e ex-reitor Flávio Suplicy de Lacerda. Idealizador do decreto de lei 477, que previa penas severas a estudantes com atuação política (em vigor até 1979), Suplicy foi também o homem mais importante para a Universidade Federal do Paraná, depois de seus fundadores. Praticamente 90% do que existe na Federal resultou de seu trabalho. (ESTADO DO PARANÁ, 2 jul. 1983).

4 Dialoga, também, com as pesquisas de História Intelectual e Sociologia dos Intelectuais que retratam os contextos gerais do Brasil, entre os quais destacamos Pécaut (1990), Mota (1994), Bomeny (1994), Gomes (1996), Vilhena (1997), Miceli (2001), Bastos; Ridenti; Rolland (2003), Ridenti; Bastos; Rolland (2006), Rezende de Carvalho (2007).

O lado polêmico refere-se à sua atuação ostensiva ao combater os movimentos sociais. Apesar disso, na representação produzida pela imprensa paranaense, prevaleceu uma visão positiva a respeito da trajetória dessa personagem (SOUZA, 2016). É importante assinalar que suas relações controversas com o movimento estudantil e com as ideias marxistas, datavam de período anterior a sua chegada ao Ministério da Educação (CAMPOS; SOUZA, 2018c).

Em 1949, uma das primeiras ações do novo reitor foi lançar a campanha pela federalização da Universidade do Paraná. Essa campanha, lançada por Flávio Suplicy, ganhou a opinião pública por meio do apoio da imprensa e uniu as forças políticas do Estado em torno dessa causa⁵. A *Gazeta do Povo* encerrou a campanha com discurso de Flávio Suplicy:

Durante a sessão da Assembleia Universitária realizada em 19 de dezembro do ano passado, conclamávamos a gente do Paraná a cerrar fileiras com a sua Universidade para a batalha da federalização que iríamos travar. Convocamos, então, para ela, os melhores esforços do Governo Estadual, das nossas associações científicas e culturais, da certeza de que de pronto estariam ao nosso lado. [...] A campanha iniciada no dia do Paraná foi a de maior vulto já verificada no Estado, e nela se empenharam, em poucos dias, todos os órgãos da opinião pública, as associações, as bancadas legislativas, os professores, o povo, o Governo, numa estupenda unanimidade de pensamento e de ação, provando que a Universidade, havia de fato, chegado com excelsas glórias ao final de sua primeira fase, que constitui a mais vigorosa afirmação da iniciativa particular do Brasil e que podia reclamar dos poderes públicos federais o direito, que tínhamos e indiscutível, de continuarmos o caminho traçado do nosso devotamento ao Ensino Superior no Brasil. Não fomos bater a porta do Governo Federal como pedintes, em como pretendentes a uma carga a mais nos orçamentos da União. Fomos, num estilo novo de discutir problemas nacionais, expor a nossa real situação, levando, como credenciais 38 anos de devotamento, de sacrifícios, como um lastro ponderável de tradições de cultura, e com um brilhante patrimônio moral, intelectual e material, que nós fizemos sem o auxílio de ninguém, e foi isso que o Governo Federal compreendeu, de imediato, estando na Presidência da República o General Eurico Gaspar Dutra, hoje membro dessa Assembleia, o Ministro da Educação e insigne professor Clemente Mariani, que deixou marcada naquela pasta o sinal profundo da sua cultura e do seu patriotismo e que hoje inscreve, com o Governador Moyses Lupion, que presidiu a comissão paranaense pela Federalização, entre os beneméritos da Universidade do Paraná, ao lado do professor Brasil Pinheiro Machado, que foi o mais forte estilo da reestruturação. (GAZETA DO POVO, 22 dez. 1950).

5 A imprensa paranaense cobriu a campanha pela federalização da Universidade, desde o início até o final, conforme bem demonstram as produções de Eliezer de Souza (2016), Névio de Campos (2008), Eliezer de Souza e Névio de Campos (2017), e Névio de Campos e Eliezer de Souza (2018a; 2018b; 2018c).

Depois da federalização (1950) e com um capital político e simbólico mais significativo, a intervenção de Flávio Suplicy no campo político continuou no sentido de busca pela modernização e expansão da Universidade do Paraná. Isso já pode ser observada no discurso que ele fez no ato de comemoração da federalização da Universidade:

O Paraná entrou para a sua velha Universidade e está ela hoje no início de uma nova vida, pronta para ser o centro de onde se irradia e de onde preside a cultura do seu povo. Não nos vamos transformar como muito hão de pensar, em mais uma enorme e onerosa repartição pública. [...] **Numa Universidade moderna, e é isso que desejamos ser, não há atmosfera para desalentos ou acomodações confortantes**, porque ela vive essencialmente na dinâmica da sociedade que ela orienta, e que força a viver com intensidade. (GAZETA DO POVO, 22 dez. 1950, grifo nosso).

Nessa fala, o tom de modernidade explicitado por Suplicy se volta pelo crescimento da infraestrutura da Universidade. No período em que foi reitor, Flávio Suplicy notabilizou-se pela expansão que a Universidade conquistou, seja pela incorporação das Faculdades, seja pelas homenagens a políticos que lhes possibilitaram manter domínio da administração por longo tempo. Nessa “nova” luta pela expansão estrutural e acadêmica, a característica comum da gestão Suplicy é uma constante aproximação com o campo político paranaense e brasileiro. Dessa relação com o campo político, Flávio Suplicy conquistou apoio para ampliação da Universidade. Em suas sucessivas gestões, a ampliação da infraestrutura da universidade foi objeto de sua contínua consideração, como pode ser observado no discurso proferido na Assembleia Universitária de 19 de dezembro de 1971:

Quando em junho de 1949, iniciei minha jornada na administração desta Universidade, pensei: ‘Uma caminhada, por maior que seja, é iniciada com um simples passo’ e percebi que ‘todas as coisas difíceis têm a sua origem naquilo que é fácil’. Olhei, então, o passado e a tradição da nossa Universidade e compreendi que “jamais haveriam as grandes coisas se não as pequenas”. Mas me apercebi também, naquele longínquo 1949, que sem fé jamais poderíamos ter ou encontrar qualquer apoio. [...] Eleito pela 6ª vez em 1967, volvo-me ao passado e vejo uma federalização obtida no 04 de dezembro de 1950, depois de tanta luta, mas, também de tanto apoio, inclusive do então governador Moyses Lupion; vejo a reforma do prédio central, com a construção de mais duas alas, abrigando, nesse conjunto a Faculdade de Medicina, de Direito, Engenharia, Odontologia e Farmácia; vejo a construção da Policlínica Dr. Garcez do Nascimento e do Núcleo profilático professor Pereira Filho; vejo a construção do conjunto de prédios para a reitoria, auditório,

Faculdade de Ciências Econômicas e Faculdade de Filosofia; Vejo a construção do Cento Politécnico, para o ensino tecnológico, reunindo os cursos da Faculdade de Engenharia – engenheiro civil, mecânico, com as usinas piloto, Institutos de pesquisas, laboratórios, centros de estudos, computador eletrônico, centro de microscopia eletrônico, edifício da Administração, Biblioteca, pavilhão de provas, etc. Vejo a casa do estudante universitária, e o anexo da reitoria; vejo a incorporação da Escola de Agronomia e Veterinária e a construção de novos prédios para sua ampliação, entre eles, o centro de treinamento e o Hospital veterinário; vejo a incorporação da Escola de Química e da Escola Nacional de Florestas; vejo hospital-escola, colaboração efetiva do então Governador Bento Munhoz da Rocha Neto, marco divisor da medicina no Paraná: antes e depois do Hospital de clínicas e já volto os olhos para o futuro, vendo um novo prédio para a Faculdade de Medicina; vejo também, no campo da difusão cultural e da extensão universitária, a Orquestra Sinfônica e o Coral, os cursos de verão e as nossas Universidades volantes; e neste instante quando finda a minha vida de administrador da Universidade Federal do Paraná, sentindo tudo isto, vendo todo este passado, quero crer que correspondo aos anseios daqueles que me elegeram em 50, 52, 55, 58, 61 e 67. (LACERDA, 1971, p. 29- 30).

A expressão “Nova Era” representava, naquele momento, sentido de comando no vocabulário de Flávio Suplicy. Essa faceta de Suplicy, envolvido com partido político, pode ser aproximada do conceito de intelectual institucional ou de organização política, o qual teria “[...] como tarefa principal ilustrar e defender a doutrina e/ou a linha ideológica da instância à qual escolheram aderir” (SAPIRO, 2012, p. 39). Além disso, as representações sobre a expansão da UFPR indicam que Suplicy usava a sua formação em engenharia para fundamentar suas ideias e ações, sentido que pode ser aproximado do conceito de intelectual *expert*, isto é, do especialista que se difundiu, fortemente, na segunda metade do século XX, mas que, desde o XIX, se fazia presente no mundo social, especialmente a partir das figuras do bacharel em direito, do médico e do engenheiro (CUNHA FILHO, 1998).

Todavia, o aspecto da trajetória de Flávio Suplicy que permite intensa aproximação com o conceito de intelectual “guardião da ordem moralizador” está relacionado à sua investida contra o que considerava o grande inimigo, aquele que se encarnava nas mais diversas formas de manifestações culturais: o comunismo⁶. Na Conferência intitulada *Problemática da Universidade*, proferida no Ceará no ano de 1963, ele dividiu sua fala em dois problemas

⁶ A relação de hostilidade contra os estudantes e o ideário socialista/comunista já estava presente na trajetória de Suplicy antes da ditadura militar, conforme explicitam os artigos de Névio de Campos e Eliezer de Souza (2018b; 2018c; 2019).

principais: a massificação e a infiltração do pensamento totalitário de orientação comunista. Em relação ao comunismo ele destacou que:

Nós, homens do mundo cristão temos uma culpa a resgatar... O Comunismo em especial, e o totalitarismo em geral... é a tirania exercida por uma superburocracia, que explora e deprime a massa, em nome da própria massa... A escola então como elemento dinâmico, não pode permanecer indiferente, paralisada pela pressão de um mormaço ameaçador, que por toda a parte se manifesta e que todos sentimos... Temos presenciado perplexos, movimentos sociais estudantis, que são agitações de massa, capazes de destruir a própria Universidade. (LACERDA, 1963, p. 11).

No discurso de posse ao Ministério da Educação, Flávio Suplicy voltou a falar “[...] dos perigos porque passaram as universidades brasileiras” (LACERDA, 1964, s. p.). Para ele, os perigos ainda continuavam, e os comunistas tinham consciência de que sua revolução se faria pela “[...] massificação do estudante e a omissão do professor, um desleixo e um crime” (LACERDA, 1964, s. p.). No entendimento de Suplicy, a formação da juventude dá-se pelas colunas dos jornais e tribunas, sendo, portanto, “[...] conhecimento universitário estrangeiro, por eles mal digeridos” (LACERDA, 1964, s. p.). Para resguardar-se desse “perigo”, Flávio Suplicy informou que já se iniciava uma ação de regulamentação dos órgãos de representação estudantil, já encaminhada ao Congresso. Essa normatização, conforme anunciou “[...] visa dar estrutura e garantir dignidade permanente à vida do estudante como tal” porque para ele “[...] a revolução comunista só poderá partir da Universidade inorgânica” (LACERDA, 1964, s. p.). A chamada lei Suplicy foi sancionada pelo Governo Federal e dispôs sobre os órgãos de representação dos estudantes. A intenção foi silenciar o ambiente universitário, mantendo entidades estudantis controladas pela burocracia universitária. Essa intervenção de Suplicy contra os perigos ideológicos refletia em todo o país nos manifestos estudantis e teve implicações na Universidade do Paraná, conforme explicitam Campos e Souza (2018b).

A atuação pública dos intelectuais ganhou forte reverberação no caso Dreyfus. Michel Winock (2000), assim como Pascal Ory e Jean-François Sirinelli (2002) observam o caso Dreyfus e analisam como os intelectuais se posicionaram na defesa da inocência do capitão ou aqueles que sobrepuseram à inocência em nome do Estado. De um lado estava Émile Zola, que atuava em

defesa da inocência de Dreyfus; de outro Maurice Barrés, antidreyfusitas. Interessante notar que os dois pertenciam à elite intelectual francesa e ambos não tinham afinidade com a esquerda, sendo que os socialistas e os partidos de esquerda, com raras exceções, não assinaram o manifesto de apoio à revisão do processo contra Dreyfus por considerarem Zola integrante das facções rivais burguesas. É em torno de Zola que reuniu-se um grupo considerável de intelectuais que descobre que Dreyfus foi preso injustamente. Porém, os nacionalistas exaltados, a exemplo de Maurice Barrés, não aceitaram essa condição, uma vez que colocavam a soberania do exército maior em detrimento das liberdades individuais. Depois de uma longa batalha, Dreyfus foi inocentado e sua reabilitação no exército francês aconteceu, em 1906.

Na França, depois do caso Dreyfus, Sartre representou a figura do intelectual engajado.

Gisèle Sapiro (2012) define oito modelos de intervenção política, tomando a França do final do século XIX e do século XX como exemplo. Dos vários modelos apresentados, exploramos a noção de intelectual como guardião da ordem.

No mais das vezes, estes “notáveis” retiram sua autoridade de sua proximidade com as frações da classe dominante que compõem seu público e das instituições através das quais controlam o campo de produção cultural, como a Academia Francesa. [...] Frequentando as reuniões oficiais e mundanas, assim como os círculos de poder, eles frequentemente se engajam como “conselheiros do príncipe”, isso quando não exercem diretamente o poder como ministros ou diplomatas, ou ainda através da patronagem, como membros do comitê de honra de um partido, de uma associação ou de uma instituição de caridade – forma prática que corresponde à sua postura moralizadora -, aos quais levam sua caução institucional. (SAPIRO, 2012, p. 35).

É possível dizer que Flávio Suplicy expressa a noção de intelectual vigilante aos padrões morais do cristianismo e dos valores nacionalistas defendidos pela ditadura militar, em que, em particular, os agentes associados ao ideário comunista deveriam ser repelidos por estarem ligado a “importações desmoralizadas” (LACERDA, 1963, p. 22). Entre outros fatores, o caráter vigilante da elite residia, sobretudo, na defesa da própria elite, uma vez que para ele “[...] os professores universitários deviam ser como clérigos secularizados, representantes abnegados dos valores supremos, missionários da verdade e representantes da ciência para os quais a Universidade seria o ideal

refúgio” (LACERDA, 1963, p. 22). O efeito dessa definição do que se esperava do professor universitário foi razão suficiente para usar as leis da ditadura militar para aposentadoria compulsória de Vieira Netto, então colega de Suplicy na UFPR, cuja discussão será feita no item seguinte.

Vieira Netto, um intelectual orgânico

José Rodrigues Vieira Netto nasceu na cidade de Rio Negro, Paraná, no dia 15 de dezembro de 1912 e faleceu no dia 05 de maio de 1973⁷. Era filho de Ulysses Falcão Vieira e Carmen Alvarez. Seu pai foi advogado, deputado estadual, professor na Universidade do Paraná, fundador da Academia Paranaense de Letras, participou da fundação do Instituto dos Advogados do Paraná, atuou como diretor e proprietário do Diário da Tarde (jornal criado em 1899, em Curitiba).

De acordo com Regis Clemente da Costa (2018, p. 60), “a herança familiar de Vieira Netto possibilita afirmar que ele estava vinculado à classe dominante. As evidências envolvendo a família indicam a ligação ao comércio, à carreira militar, ao campo jurídico, à política e à docência no ensino superior”. Em princípio, essa personagem percorreu um caminho típico dos filhos dos estratos sociais dos grupos dominantes do Brasil e do Paraná, como bem evidenciam as obras de Sergio Miceli (2001) e Ricardo Costa de Oliveira (2001). Miceli trata da relação entre intelectuais e classe dirigente no Brasil e Oliveira reconstitui as redes de relações da classe dominante no Paraná. Logo, a primeira parte da trajetória de Vieira Netto reafirma as teses desses dois sociólogos, pois conforme Regis da Costa (2018, p. 61):

[...] a posição de Vieira Netto, além de reforçar a ligação à classe dominante, corrobora para a compreensão de sua formação cultural e a repetição da estratégia utilizada por seus avós na formação oferecida no seio da família, que, na perspectiva de Bourdieu, insere-se na reprodução cultural e na formação do capital cultural, em vista do capital social e das relações sociais.

Além disso, no âmbito do capital cultural, merece destaque a continuidade de Vieira Netto na área das ciências jurídicas, ocupação de seu pai e de grande parcela dos filhos das famílias que compunham as frações dos grupos dominantes no Brasil. Ele concluiu o curso em 1932, passando a

⁷ Para acessar informações detalhadas da trajetória de Vieira Netto consultar Regis Clemente da Costa (2018).

ocupar espaços de prestígio, como promotor, professor, advogado e presidente do Instituto dos Advogados do Paraná e da Ordem dos Advogados do Paraná.

No entanto, esse percurso comum entre os filhos das famílias de proprietários foi interrompido por Vieira Netto. Dessa maneira, fez um itinerário atípico aos filhos das elites culturais, políticas e econômicas do Paraná. De acordo com Clemente da Costa, não é possível precisar o momento específico dessa guinada, entretanto, ele afirma que os dados da Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Paraná (DOPS-PR) registram que “[...] a ligação de Vieira Netto com os comunistas, data de 23 de agosto de 1944” (COSTA, 2018, p. 65)⁸. Na interpretação de Clemente da Costa (2018, p. 130):

O vínculo de Vieira Netto com o PCB acontece no contexto da conquista da legalidade do Partido, da sua expansão e fortalecimento, que desencadeará, em 1945, na sua filiação perante o TRE. Legalmente, a filiação dos comunistas se deu após a autorização do registro partidário, no entanto, a militância de Vieira Netto no Partido já era seguida de perto pela Polícia Política, desde o ano 1944, como se pode notar nos registros feitos pelos Agentes da DOPS-PR, em 23 de agosto de 1944.

Destarte, é possível dizer que, a partir de 1945, Vieira Netto integra o grupo comunista do Paraná. Nesse longo processo que somente se encerra com a sua morte, em 1973, essa personagem teve presença marcante no legislativo do Paraná, ao ser eleito deputado em 1946, assumindo no ano seguinte, embora tenha seu mandato cassado, oficialmente, em janeiro de 1948 por conta de o PCB ter sido repostado na ilegalidade, em maio de 1947. Entretanto, sua intervenção política esteve demarcada por outras tantas frentes, como explicita Regis da Costa (2018). Desse conjunto de ações e implicações do envolvimento de Vieira Netto com os grupos e com o ideário socialista/comunista, a nossa pretensão é enfatizar o contexto de sua presença na UFPR, logo, suas relações com as forças que estavam sob a fiança de Suplicy de Lacerda.

A presença de Vieira Netto na UFPR expressa simbolicamente o que representou a confrontação de Suplicy aos movimentos estudantis e ao próprio corpo docente. De acordo com Costa (2018, p. 12), “no ano de 1957, Vieira Netto foi aprovado em concurso para a Faculdade de Direito da Universidade

⁸ Há grande número de produção que trata dos intelectuais ligados ao PCB. Em razão da limitação de espaço, neste artigo, sugerimos consultar a tese de Régis Clemente da Costa (2018).

do Paraná, como Docente Livre e, posteriormente, como professor Catedrático de Direito Civil”. Como se pode observar, ao ingressar como docente, sua relação com os comunistas tinha mais de uma década. Todavia, foi no início da ditadura militar que “sua atuação de professor ganhou reverberação por ocasião do processo que desencadeou sua aposentadoria compulsória, no ano de 1964” (COSTA, 2018, p. 12).

Antes da ditadura militar é possível notar sua inserção nos movimentos envolvendo a defesa da educação, em particular no contexto da greve de 1/3. O debate acerca do 1/3 estava relacionado ao que dispunha as legislações do início dos anos de 1960. A Lei 4.024 de 20 de dezembro de 1961, em seu artigo 78 definia que os estudantes teriam direito à participação, com direito a voto, nos conselhos universitários, nas congregações e nos departamentos. No início do ano seguinte, os estudantes se mobilizaram e intensificaram as lutas visando regulamentar a participação nos órgãos deliberativos das universidades. Em maio de 1962, os estudantes se reuniram no Maranhão e definiram o prazo até 1º de junho para adequação dos regulamentos universitários. Em razão do não cumprimento, a UNE decretou greve, seguida pelas organizações estudantis estaduais, a exemplo da União Paranaense dos Estudantes⁹. Na UFPR, a julgar pela reunião do Conselho Universitário, havia uma atmosfera favorável à greve, pois Flávio Suplicy de Lacerda “historiou as crises existentes na Escola de Química, Faculdades de Odontologia e Medicina, dizendo que as reivindicações estudantis estavam sendo encaminhadas no sentido de obter uma boa solução” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, Ata..., 23 maio 1962). Contudo, advertia o reitor que “o Conselho Diretor da UPE havia decretado greve geral para obtenção de um terço de representação nos Conselhos e Congregação da Universidade”. Depois disso, Suplicy sublinhou que o Fórum dos Reitores, “reunido em Brasília, havia resolvido que as reformas seriam efetuadas através de consulta coletiva” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, Ata..., 23 maio 1962).

Conforme relatório do IPM, comandado pelo Capitão Haroldo Souto Carvalho, datado de 13 de outubro de 1964 (BRASIL NUNCA MAIS

⁹ A ideia não é discutir a greve de 1/3, mas indicar que Vieira Netto estava em frente distinta da cúpula da UFPR, em especial das trincheiras defendidas por Suplicy de Lacerda.

DIGITAL, 390, p. 889), Suplicy convocou uma Assembleia Universitária a fim de consultar a comunidade sobre a questão do 1/3.

[...] para não deixar a mínima dúvida de que toda a Universidade do Paraná pensava unísono, o Reitor convocou a Assembleia Universitária, com a presença de 600 professores, expondo o ponto de vista defendido e a decisão conquistada. Nessa Assembleia, somente dois professores se manifestaram em contrário, defendendo o “direito” dos estudantes: JOSÉ RODRIGUES VIEIRA NETTO e AMÍLCAR GIGANTE. (BRASIL NUNCA MAIS DIGITAL 390, p. 874)¹⁰.

O período, posterior ao regime militar, foi difícil para Vieira Netto, pois sua aposentadoria compulsória da UFPR estava acompanhada de cassação de seus direitos políticos, de perseguição e de prisão. Conforme Costa (2018), após o golpe militar, essa personagem ficou foragida de abril a julho, pois havia informações de que estava em curso uma trama para matá-lo. Em 13 de julho de 1964, ele se apresentou perante o Major Waldemar Bianco, presidente do Inquérito Policial Militar e foi preso imediatamente. Mesmo após ser posto em liberdade não conseguiu retornar às suas atividades docentes.

Em reunião do dia 06 de outubro de 1964, o Conselho Universitário aprovou o processo nº 20920, por meio do qual Vieira Netto pedia contagem de tempo para fins de aposentadoria. Conforme registro, “resolveu por unanimidade mandar contar o tempo de 521 dias de serviço público prestados ao Estado do Paraná, como Promotor Público na Comarca de São José dos Pinhais, no período compreendido entre 25/10/1930 e 28/03/1932” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, Ata..., 06 out. 1964). Observe-se, entretanto, que por meio de decreto assinado pelo Marechal Castello Branco e pelo Ministro da Educação da Ditadura (Flávio Suplicy), datado de 21 de setembro de 1964, após investigações sumárias, Vieira Netto foi aposentado compulsoriamente.

O Presidente da República, tendo em vista as conclusões das Investigações Sumárias de que trata o § 1º do artigo 7º do Ato Institucional e de conformidade com os pareceres emitidos no processo nº 231.418, de 1964, do Ministério da Educação e Cultura, resolve APOSENTAR JOSÉ RODRIGUES VIEIRA NETTO, no cargo de Professor Catedrático, Código EC-501, de Direito Civil (3ª Cadeira) da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, do Quadro de Pessoal – Parte Permanente do Ministério da Educação e Cultura. (BRASIL,

10 A boa relação de Vieira Netto contrastava à forma hostil como a direção da UFPR tratava os estudantes, conforme documentam Campos e Souza (2018b; 2018c).

1967, p. 78).

Antes de sua aposentadoria, a posição de Vieira Netto estava em frente de batalha distinta das trincheiras da cúpula da UFPR. Em 1960, ao ser escolhido paraninfo de formaturas de turmas do Curso de Direito da UFPR, fazia crítica social a partir do marxismo, conforme indica Regis da Costa (2018, p. 103-104),

No discurso proferido, Vieira Netto teceu críticas ao sistema dominante, à história contada e ensinada a partir da classe dominante, aos filósofos que justificam, repetem e ensinam que a ordem dominante prevaleceu e prevalecerá. Aborda, também, as artimanhas utilizadas em torno do exercício do poder, para ludibriar o povo, dando-lhes a falsa sensação de poder, na intenção de manter o domínio e a dominação, com a contribuição da história que não foi contada, devido à perspectiva do vencedor ter prevalecido.

Em 1964, novamente, ele foi escolhido para ser paraninfo. Apesar disso, foi impedido de fazer seu discurso. Houve inúmeras discussões no Conselho Universitário da UFPR para tratar disso, pois a indicação de Vieira Netto causou uma grande preocupação entre os intelectuais “guardiões da ordem”. A deliberação foi por inexistência de paraninfo e por formatura conjunta de todos os cursos, o que implicou em resistência dos estudantes que defendiam sessões específicas por cursos. Por meio do processo 19.203, a Comissão de Formatura da Faculdade de Direito apresentou recurso a fim de garantir a participação de Vieira Netto à cerimônia de formatura. O Conselho Universitário deliberou que a Congregação da Faculdade de Direito deveria se pronunciar sobre tal processo. No entanto, na mesma sessão, por meio de proposição do conselheiro e professor Laertes Munhoz, a definição final do órgão máximo da UFPR foi mais contundente:

Não podem ser de qualquer forma homenageados, nas próximas coleções de grau da Universidade do Paraná, inclusive como paraninfos, as pessoas que sofreram qualquer penalidade decorrente do Ato Institucional. A proibição abrange por igual os alunos punidos administrativamente ou indiciados em inquéritos policiais militares e administrativos, também como oradores das turmas. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, Ata... 06 out. 1964).

A Resolução Normativa, proposta por Laertes Munhoz e aprovada pelo Conselho, encerrou o imbróglio e reiterou o alinhamento político e ideológico da cúpula da UFPR ao regime militar. Apesar disso, Vieira Netto foi

à formatura e entregou uma cópia de seu discurso a cada estudante. O seu texto, intitulado “As quatro liberdades”, segundo Costa (2018, p. 109):

[...] destaca que os grandes crimes de sua vida eram o trabalho e o pensamento. Menciona o fato do Reitor da Universidade do Paraná e seu conselho terem desaprovado a escolha dos Paraninfos por parte dos bacharéis em Direito e em Medicina, enfatizando que, como os alunos não cederam, o Reitor eliminou da solenidade o discurso tradicional. Também faz referência ao processo que estava em curso no tribunal militar, sobre a perda dos seus direitos políticos por 10 anos, a sua aposentadoria compulsória, associada à proibição de proferir o discurso como paraninfo da turma de 1964.

Essas deliberações administrativas precisam ser compreendidas no contexto da disputa e de atuação política entre essa personagem e os principais agentes da UFPR. Ou melhor, no contexto em que havia intensa politização dos espaços universitários. Assim, é possível sustentar que “a trajetória de Vieira Netto após seu ingresso no Partido Comunista Brasileiro foi marcada por constantes perseguições” (COSTA, 2018, p. 195). Nesse sentido, essa personagem teve a cassação de “[...] seus direitos políticos, a cassação de sua cátedra como Professor de Direito Civil com a aposentadoria compulsória, e a cassação de seu mandato parlamentar como Deputado Estadual pelo Paraná, ocorrido em janeiro de 1948” (COSTA, 2018, p. 195).

No âmbito da UFPR, a intervenção do Reitor Nicolau dos Santos¹¹ ajuda a identificar o ambiente em que mergulhava Vieira Netto:

No dia 31 de março de 1964 o povo e as forças armadas declaram-se em estado de revolução contra a subversão, à indisciplina, à desordem e à corrupção, então vigentes. Na cúpula desse movimento de redenção, o Magnífico Reitor da Universidade do Paraná se afirmou como líder nacional e foi convocado para assumir a direção do Ministério da Educação e Cultura, integrando-se assim, no novo estágio do processo histórico brasileiro, que reconduziu o país à ordem e ao progresso econômico, político e social. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, Anuário, 1963-1964, p. 11).

Essa passagem, além de indicar a ambiência da UFPR, mostra os sentidos dos intelectuais “guardiões da ordem moralizador”. Esses grupos, de acordo com Sapiro (2012, p. 36),

11 José Nicolau dos Santos era vice-reitor. Em razão de Suplicy assumir o Ministério da Educação, ele passou à função de reitor.

[...] lhes leva a recorrer a dois tipos de estratégias contraditórias: “eles precisam combater a ‘crítica intelectual’” conduzindo-a a sua mais simples expressão, o que lhes expõe constantemente à clareza simplista do vulgarizador; mas, sob pena de perder toda força específica, eles devem também manifestar que são capazes de responder como “intelectuais” às críticas dos “intelectuais”, e que seu gosto pela clareza e pela simplicidade, ainda que se inspire em uma forma de antiintelectualismo, é o efeito de uma livre escolha intelectual.

Ou seja, essa ação se “[...] inscreve numa linhagem antiintelectualista que recusa a legitimidade da palavra crítica independente e quer subordinar o pensamento às autoridades tradicionais” (SAPIRO, 2012, p. 35).

De outra parte, estava Vieira Netto, inserido em inúmeras frentes políticas. Assim, a trajetória dessa personagem pode ser compreendida no que Gramsci denominou de intelectual orgânico, pois esse seria um agente político determinante, uma vez que seu trabalho não se esgota na produção do conhecimento científico, artístico, filosófico. O saber e a sua disseminação envolvem também os processos de organização e de direção das instituições e dos movimentos sociais, no contexto da organização da cultura (GRAMSCI, 2001; VIEIRA, 2008).

Ao afirmar que todo grupo social cria para si intelectuais para dar homogeneidade e consciência da própria função, Gramsci (2001) sustenta que cada classe tem os seus intelectuais, inclusive intelectuais orgânicos, por estarem inseridos no conjunto da sua classe e na elaboração do referido projeto dessa mesma classe. Ainda, nessa perspectiva, Gramsci (2001, p. 18) diz que “[...] todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais”, ou seja, para Gramsci, o intelectual só se configura como tal, quando está em relação direta com a organização da classe em que está inserido, de modo a intervir nesses espaços de atuação, criando um sistema de ideias em vista da adesão da classe, fundamento numa visão de mundo calcada na transformação.

Conclusões

O aspecto central deste artigo consistiu em problematizar a relação entre os intelectuais e o poder, ou mais precisamente, a intervenção política dos intelectuais. Esse debate demarcou o ambiente público, desde o final do século XIX. Embora o nome intelectual seja recente e a função de ideólogo

antiga, como mostra Norberto Bobbio (1997), consideramos que o contexto do final do dezenove demarca uma posição singular dessa personagem, pois se constitui uma relativa autonomia do campo cultural em relação ao campo político, conforme assegura Pierre Bourdieu (1996). Não obstante, essa condição atrelada de modo preciso ao caso Dreyfus está em permanente mudança, pois há uma contínua disputa, seja para preservar/ampliar a autonomia do campo cultural, seja para minimizar o papel dos intelectuais nas lutas ideológicas ou simbólicas, situação exemplarmente mostrada por Gisèle Sapiro (1999; 2020).

Esse debate de alcance internacional chegou ao Brasil, já no final do século XIX, pois os homens das letras desejavam interpretar a história do próprio país e projetar os horizontes de expectativas. Ainda ligados ao campo da política, ao jornalismo e às instituições tradicionais, a ilustração brasileira (BARROS, 1986), os literatos (SEVCENKO, 2003) já manifestavam suas posições e reclamavam algum tipo de autonomia ao campo cultural. Mas, esse movimento não é trilhado sem o polo oposto, pois se é possível observar Lima Barreto que tecia uma forte crítica social, outros escritores produziam a fundamentação ao que Milton Lahuerta (2003) denomina de modernização autoritária.

Ao analisarem o século XX, Sergio Miceli (2001) e Carlos Guilherme Mota (1994) mostram como os intelectuais estavam associados às classes dirigentes e dominantes. De um lado, Miceli indica a ausência de um campo cultural com capacidade de funcionar com certa autonomia em relação aos interesses do campo político, especialmente aos mandos da classe dirigente. De outro, Mota ao sustentar que os intelectuais brasileiros, em regra, são ideólogos da classe dominante, reafirma a tese de que os homens de letras estão, inexoravelmente, associados aos interesses das classes sociais. Apesar dessa profunda relação entre os letrados e os grupos dos domínios político e econômico, Pécaut (1990) observa que os intelectuais brasileiros se definiam entre o povo e a nação, isto é, acima dos interesses sociais. Essa forma de autorrepresentação pode ser observada na trajetória de Suplicy, pois era recorrente defender-se a ideia de que ele estava associado aos interesses supremos da nação. De outra parte, as ideias atreladas ao

socialismo/comunismo eram rechaçadas como expressão do antinacionalismo. Consequentemente, em nome desses valores, promovia-se uma verdadeira cruzada em defesa das instituições consideradas sagradas, seja o Exército, o Estado, a Universidade, a Igreja, e, ao mesmo tempo, uma permanente sentinela contra as forças contrárias.

Por um lado, o esforço desta análise é mostrar que essa autorrepresentação, tão bem identificada pela análise de Pécaut, é contrastada pelas relações permanentes de Suplicy com os grupos políticos que estavam alinhados ao pensamento e às práticas autoritários. Ao dizer-se apóstolo da verdade e dos valores supremos do cristianismo e da nação, produzia-se um efeito de sentido de um intelectual desinteressado, distante das ideologias e das lutas políticas. No entanto, suas intervenções políticas estavam profundamente comprometidas ao projeto societário com marcas profundas da “[...] modernização econômica e com baixíssimo compromisso com as instituições democráticas” (LAHUERTA, 2003, p. 217). De outro, é indicar que Vieira Netto personifica a própria ideia da existência de um inimigo a ser combatido. O temor às ideias socialistas e comunistas ganhou sentido concreto com a intervenção política desse professor que se associava aos estudantes grevistas, que escrevia e publicava textos marxistas, que militava no PCB e nos diferentes movimentos sociais. Mas, ao mesmo tempo, a intervenção de Vieira Netto representava um lugar de contraposição à naturalização da arbitrariedade da dominação.

Essa dupla forma de intervenção intelectual indica um profundo paradoxo, pois Suplicy dizia que os professores deveriam ser “clérigos secularizados” e defender os valores supremos, contribuindo, assim, para salvar a própria universidade do domínio dos inimigos da verdade e da nação. Mas, o efeito era outro, uma vez que a universidade estava cada vez mais submissa à lógica dos interesses políticos, econômicos e religiosos. Na outra ponta, Vieira Netto sustentava a relação profunda entre verdade e interesse de classe, isto é, interesse político e econômico, o que supostamente poderia implicar na deslegitimação da própria universidade. No entanto, o efeito era o contrário, pois, ao fazer isso, defendia a liberdade acadêmica e contribuía para desnaturalizar a intervenção, aparentemente, desinteressada dos intelectuais guardiões da ordem. Essa percepção, também, está presente na análise de

Sapiro (1999), pois as grandes instituições da França (Academia Francesa, Academia Goncourt) que se diziam as principais defensoras da “arte pela arte” foram as que mais contribuíram para a dissolução da autonomia do campo cultural, durante o período de Ocupação nazista. Já os intelectuais que atuavam, clandestinamente, no Comitê Nacional dos Escritores, entre eles Sartre e comunistas, foram os que mais contribuíram à defesa da literatura e do campo cultural.

Portanto, a imagem que Suplicy e os demais dirigentes da UFPR construíam de Vieira Netto fazia parte da representação que produziam de si mesmos. De um lado, estariam os defensores dos valores supremos. De outro, os inimigos da humanidade, da nação, da religião, da universidade. Entretanto, o efeito de realidade era outro. Suplicy se dizia defensor dos valores acadêmicos, mas contribuiu para transformar a universidade numa instância completamente submissa aos interesses do campo político. Vieira Netto, ao integrar as trincheiras de intelectuais engajados, contribuiu para dessacralizar a autorrepresentação do intelectual guardião da ordem moralizador e/ou intelectual de instituição ou organização política.

Fontes:

GAZETA DO POVO. **A campanha pela federalização da Universidade.** Curitiba, 22/12., 1950.

BRASIL NUNCA MAIS DIGITAL. **Projeto Brasil, Nunca Mais.** Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/>>. PASTA PESQUISADA: BNM Digital, 390. Acesso em: 27 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Aeronáutica. **Atos da Revolução de 1964.** Volume I: de 09 de abril de 1964 a 15 de março de 1967. Coletânea preparada pelo Ministério da Aeronáutica. 1967.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação.** Lei nº 4.024/61, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília. 1961

LACERDA, F. S. de. **Problemática da Universidade.** Imprensa Universitária do Ceará. 1963.

LACERDA, F. S. de. Discurso proferido pelo Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação e Cultura, Professor Flávio Suplicy de Lacerda, na sessão de abertura do 5º Fórum dos reitores, realizado no Rio de Janeiro, a 09 de

outubro de 1964. *In: Novas Diretrizes do Ensino Universitário*. Curitiba, n. p., 1964.

LACERDA, F. S. Discurso. *In: Anuário da Universidade do Paraná*. Curitiba. p. 29-31, 1971.

ESTADO DO PARANÁ. **Morreu ex reitor Suplicy**. Curitiba, 02/07, 1983.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Anuário: 1963-1964**. Curitiba: UFPR, 1964.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Conselho Universitário. (1962). **Ata da Sessão de 23 de maio, 1962**.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Conselho Universitário. **Ata da Sessão de 06 de outubro, 1964**.

Referências

BARROS, R. S. M. de. **A ilustração brasileira e a ideia de universidade**. São Paulo: EDUSP, 1986.

BASTOS, E. R.; RIDENTI, M.; ROLLAND, D. (org.). (2003), **Intelectuais: sociedade e política, Brasil-França**. São Paulo: Cortez, 2003.

BOBBIO, N. **Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea**. São Paulo: UNESP, 1997.

BOMENY, H. **Guardiães da razão: modernistas mineiros**. Rio de Janeiro: UFRJ/Tempo Brasileiro, 1994.

BOURDIEU, P. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. Lisboa: Presença, 1996.

CAMPOS, N. de. Flávio Suplicy de Lacerda: genealogia de um integrante da elite paranaense. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, 21(47): 113-133, 2013.

CAMPOS, N. de. **Intelectuais paranaenses e as concepções de universidade (1892-1950)**. Curitiba: UFPR, 2008.

CAMPOS, N. de; SOUZA, E. F. de. Federalização da Universidade do Paraná: a voz dissonante de Plínio Tourinho. **Revista Antíteses**, Londrina, PR, 11(22): 855-864, 2018a.

CAMPOS, N. de. Maio de 1968 na Universidade Federal do Paraná (UFPR). **Projeto História**, São Paulo, 63: 205-239, 2018b.

CAMPOS, N. de. Ministro de la Educación Flávio Suplicy de Lacerda: combate contra comunistas y estudiantes (Brasil). **Revista Fermentario**, Campinas, SP, 2(12): 108-125, 2018c.

CAMPOS, N. de. F. Suplicy de Lacerda: aliado das Forças Armadas e combatente contra comunistas e estudantes. **História: Questões & Debates**, Curitiba, 67(2): 159-197, jul./dez, 2019.

COSTA, R. C. da. **José Rodrigues Vieira Netto**: intelectual orgânico, professor brilhante, advogado perseguido, cidadão sem direitos (1945-1973). Ponta Grossa, Paraná, 375 p. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2018.

CUNHA FILHO, V. F. **Cidade e sociedade**: a gênese do urbanismo moderno em Curitiba (1889-1940). Curitiba, 170 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, 1998.

GOMES, A. M. de C. **História e historiadores**: a política cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1996.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. v. 2, 2001

LAHUERTA, M. O século XX brasileiro: autoritarismo, modernização e democracia. *In*: AGGIO, A; LAHUERTA, M. (org.). **Pensar o século XX**: problemas políticos e história nacional na América Latina. São Paulo: UNESP, 2003. p. 217-257, 2003.

LEITE, R. L.; OLIVEIRA, R. C. de (org.). (2012), **Reflexões UFPR 100 anos (1912-2012)**. Curitiba: UFPR, 2012.

OLIVEIRA, M. de; SZWAKO, J. (org.). **Ensaio de sociologia e história intelectual do Paraná**. Curitiba: UFPR, 2009.

MICELI, S. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MOTA, C. G. **Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)**. São Paulo: Ática, 1994.

PÉCAUT, D. **Os intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

OLIVEIRA, R. C. de. **O silêncio dos vencedores**: genealogia, classe dominante e Estado do Paraná. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

ORY, P; SIRINELLI, J.F. **Les intellectuels en France**: de l'affaire Dreyfus à nos jours. Paris : Armand Colin, 2002.

REZENDE DE CARVALHO, M. A. Temas sobre a organização dos intelectuais no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, 22(65): 18-31, out, 2007.

RIDENTI, M.; BASTOS, E. R.; ROLLAND, D. **Intelectuais e Estado**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

SAPIRO, G. **La guerre des écrivains (1940-1953)**. Paris: Fayard, 1999.

SAPIRO, G. Modelos de intervenção política dos intelectuais: o caso francês. **Revista Pós Ciências Sociais**, São Luiz, 9(17): 19-50, 2012.

SAPIRO, G. Repensar o conceito de autonomia para uma sociologia dos bens simbólicos. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, Paraná, 15: 1-27, 2020.

SEVCENKO, N. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SOUZA, E. F. de. **Flávio Suplicy de Lacerda: relações de poder no campo acadêmico/político paranaense e o processo de federalização e modernização da Universidade do Paraná (1930-1971)**. Ponta Grossa, 305 p. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2016.

SOUZA, E. F. de; CAMPOS, N. de. Um inquérito sobre a federalização da Universidade do Paraná (1950). **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, PR, 17(1):140-166, 2017.

VIEIRA, C. E.; BONTEMPI JR, B.; OSINSKI, D. R. B. (org.). (2019), **História intelectual e educação: imprensa e esfera pública**. Jundiaí: Paco Editorial, 2019.

VIEIRA, C. E.; STRANG, B. de L. S.; OSINSKI, D. R. B. (org.). **História Intelectual e Educação: trajetórias, impressos e eventos**. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

VIEIRA, C. E. (org.). **Intelectuais, educação e modernidade no Paraná (1886-1964)**. Curitiba: UFPR, 2007.

VIEIRA, C. E. Intelligentsia e intelectuais: sentidos, conceitos e possibilidades para a História Intelectual. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, São Paulo, 8(1): 63-85, 2008.

VILHENA, L. R. **Projeto e missão. O movimento folclórico brasileiro (1947-1964)**. Rio de Janeiro: Funarte/Fundação Getúlio Vargas, 1997.

WINOCK, M.. **O século dos intelectuais**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.